

Agricultura & Transformações socioespaciais

Olhares geográficos
e a pesquisa de campo

César De David
Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Organizadores



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A278 Agricultura & transformações socioespaciais : olhares geográficos e a pesquisa de campo / organizadores César De David, Carmen Rejane Flores Wizniewsky. – Porto Alegre : Evangraf/Jadeditora 2015.
216 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7727-725-9

1. Geografia - Pesquisa. 2. Geografia agrária - Brasil. 3. Espaço rural - Trabalho de campo. 4. Geografia humana. 5. Agricultura - Aspectos socioeconomicos. 6. Ecologia agrícola. 7. Agricultura familiar. I. De David, César. II. Wizniewsky, Carmen Rejane Flores.

CDU 91:001.891(81)

CDD 910.01

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)



Expansão econômica e dinâmica sócioespacial do Centro-Sul brasileiro

Antonio Nivaldo Hespanhol

Introdução

As atividades econômicas se apresentam fortemente concentradas na porção centro-sul do país, a qual abarca as macrorregiões Sul e Sudeste, exceto o extremo norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e a porção setentrional da Região Centro-Oeste.

As análises foram realizadas considerando-se as cinco macrorregiões estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fins estatísticos - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste - em virtude das dificuldades em se trabalhar com os dados tendo como recorte espacial os três grandes complexos regionais brasileiros (Centro-Sul, Norte e Nordeste).

O texto está dividido em seis itens, além da presente introdução, das considerações finais e das referências. São analisadas seis tabelas, sendo que nas cinco primeiras são apresentados dados relativos à participação das cinco grandes regiões no PIB brasileiro, por subperíodos. Na Tabela 6 são apresentados dados referentes à variação anual do PIB nacional desde a década de 1960. Nas Tabelas de 1 a 5 são apresentados dados atinentes a cada estado integrante das regiões Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), por se considerar que as duas grandes regiões são representativas da dinâmica socioeconômica do centro-sul do país.

O objetivo principal do texto é analisar a expansão econômica ocorrida nos subperíodos 1959 – 1970; 1970 – 1980; 1980 – 1995; 1995 – 2002; e, 2002

– 2006, correlacionando-a aos principais processos geradores de dinamismo econômico e ao papel exercido pelo Estado brasileiro.

Foram enfatizados os processos de industrialização e de modernização da agricultura, ressaltando-se a ação do Estado, tanto na alocação espacialmente diferenciada de recursos públicos, como na indução de investimentos privados por meio da concessão de incentivos fiscais e financeiros.

1. Industrialização e concentração econômica no centro-sul do país entre 1960 e 1970

Há uma conjugação de fatores históricos e econômicos que explicam a elevada concentração das atividades produtivas na porção centro-sul do país. A cafeicultura expandiu-se nos vales fluminense e paulista do Rio Paraíba, a partir do século XIX, deslocando-se progressivamente em direção ao oeste da capital paulista. O complexo cafeeiro suscitou a criação de um conjunto de atividades a ele associados e propiciou a acumulação de capitais que foram investidos em outros setores, inclusive na indústria.

A concentração espacial das atividades industriais no centro-sul, notadamente em São Paulo, provocou significativas alterações na divisão territorial do trabalho em âmbito nacional.

A partir da centralização da atividade industrial na área “core” do país, a “divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região líder” (OLIVEIRA, 1977, p. 56).

Com o intuito de amenizar o elevado grau de concentração econômica do país e de dinamizar as regiões deprimidas, o governo federal criou alguns órgãos federais que tinham como objetivo promover o desenvolvimento regional. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pelo governo Juscelino Kubitschek, no ano de 1959, e a criação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) ocorreu nos anos de 1966 e 1967, respectivamente.

O governo federal passou a conceder recursos financeiros e incentivos fiscais às empresas, principalmente as indústrias, por meio dos bancos regionais, com o intuito de estimular investimentos produtivos nas áreas de abrangência da SUDENE, SUDAM e SUFRAMA.

As empresas nacionais poderiam deduzir até 50% do imposto de renda para fins de investimentos industriais no Nordeste. No caso da Amazônia, as “empresas interessadas em investir na região, poderiam obter isenção de até 100% do imposto de renda, por 15 anos, além de outros benefícios fiscais específicos” (COSTA, 1988, p. 68).

As Superintendências Regionais conseguiram atrair investimentos industriais para algumas capitais nordestinas, notadamente para Salvador, Recife e Fortaleza, no caso da SUDENE e, principalmente para Belém e Manaus, nos casos da SUDAM e da SUFRAMA, respectivamente. Os projetos geridos pela SUDENE contavam com a intermediação financeira do Banco do Nordeste e os ligados à SUDAM e à SUFRAMA tinham como instituição financeira oficial o Banco da Amazônia.

No decorrer da década de 1960, a expansão média anual do PIB do país foi de 6,2% ao ano, sendo que a Região Sudeste apresentou índices de crescimento superiores à média nacional, a despeito da atuação das referidas Superintendências de Desenvolvimento. Entre 1959 e 1970, a participação do Estado de São Paulo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro passou de 37,9% para 39,5%.

Os demais estados que integram o Sudeste sofreram reflexos do dinamismo paulista nos anos 1960, positivamente, nos casos de Minas Gerais e Espírito Santo, e negativamente, no caso do Rio de Janeiro, por já haver lá uma base industrial, que sofreu com a concorrência paulista. Outro fator que provocou a queda de 2,4 pontos percentuais na participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB brasileiro entre 1959 e 1970 foi a mudança da capital federal para o planalto central no ano de 1960.

Na década de 1960, o sul do país se destacou pela modernização da sua agricultura, por meio da expansão do binômio soja-trigo, com base no emprego do pacote tecnológico da “revolução verde”. Entre 1959 e 1970, a participação dessa região no PIB nacional passou de 16,1% para 17,0%, com incremento no nível de participação dos três estados que a compõem, conforme se verifica na Tabela 1.

No mesmo período (1959 a 1970), o Centro-Oeste apresentou grande elevação na sua participação no PIB nacional, passando de 2,3% para 3,7%, devendo-se grande parte dessa expansão à transferência da capital federal. Até a década de 1960, a região tinha a sua economia assentada na pecuária extensiva, apesar do destaque alcançado pela nova capital federal em termos administrativos e de oferta de serviços. Em pouco tempo, a cidade de Brasília

deixou de ser um enclave para se converter num importante vetor da interiorização de atividades produtivas e de população em direção às zonas de fronteira situadas ao norte e a oeste do país.

Tabela 1 - Participação no PIB (Brasil – 100%) – 1959 - 1970

Macrorregiões/Estados	1959	1970
Norte	2,0	2,2
Nordeste	14,4	12,0
Centro-Oeste	2,3	3,7
Sub-total (N/NE/CO)	18,7	17,9
Sudeste	65,2	65,1
São Paulo	37,9	39,5
Rio de Janeiro	18,5	16,1
Minas Gerais	8,0	8,3
Espírito Santo	0,8	1,2
Sul	16,1	17,0
Paraná	5,4	5,5
Rio Grande do Sul	8,4	8,7
Santa Catarina	2,3	2,8
Sub-total (Sul/SE)	81,3	82,1

*Fonte: Fundação Getúlio Vargas - 1959 apud CANO (2008)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1970*

A Região Norte apresentou expansão de 0,2 ponto percentual em sua participação no PIB nacional entre 1959 e 1970, elevando-a de 2,0% para 2,2%. No mesmo período, o Sudeste e o Sul, em conjunto, aumentaram a sua, de 81,2% para 82,1%, enquanto a do Nordeste teve queda de 2,4 pontos percentuais, caindo de 14,4% para 12,0%. Verifica-se, assim, que apesar dos incentivos concedidos pela SUDENE para que as empresas realizassem investimentos produtivos naquela região, seu ritmo de expansão econômica foi inferior à média nacional.

2. Desconcentração econômica relativa e início do processo de reversão da polarização nos anos 1970

A atuação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento foi enfraquecida no decorrer dos anos 1970 e, em contrapartida, criaram-se vários programas especiais, os quais foram gestados e geridos no contexto do I Plano

Nacional de Desenvolvimento (PND), entre os anos de 1972 e 1974, e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1975 e 1979.

O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foram criados no ano de 1974. Em 1975 foi instituído o Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e, no ano seguinte, implantaram-se os Programas de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) e do Pantanal (PRODEPAN), bem como o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste. Por meio desses programas foram selecionados grandes projetos agropecuários e de extração mineral que exerceram forte efeito econômico sobre as suas respectivas regiões de implantação, preenchendo assim, em parte, a lacuna deixada pelo enfraquecimento da ação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento, as quais acabaram ganhando notoriedade mais pela malversação de dinheiro público que propriamente por induzir investimentos produtivos em regiões economicamente deprimidas.

Entre 1970 e 1980, o crescimento econômico do país foi mantido, apesar dos efeitos negativos decorrentes das crises do petróleo ocorridas nos anos de 1973 e 1979. O crescimento médio da economia nacional, excluindo-se São Paulo, foi da ordem de 164% nos anos 1970. A economia paulista, isoladamente, cresceu 120%, e a do país, incluindo São Paulo, apresentou expansão de 137% naquela década (CANO, 2008).

Esse desempenho econômico da década de 1970 se consubstanciou nos investimentos em grandes obras de infraestrutura, realizados por empresas estatais com aportes financeiros externos, pois, a partir da crise do petróleo de 1973, a entrada de recursos privados no país sofreu forte retração.

A maior expansão econômica das áreas menos dinâmicas, tais como as macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como da periferia dinâmica paulista (Região Sul, exclusive o Rio Grande do Sul, e demais estados do Sudeste, exclusive o Rio de Janeiro), resultou numa pequena redução do nível de concentração econômica do país, fenômeno que passou a ser cognominado de reversão da polarização (AZZONI, 1986).

O Sudeste apresentou retração de quase três pontos percentuais em sua participação no PIB nacional entre 1970 e 1980, decaindo de 65,1% para 62,2%. Houve queda nas participações relativas dos PIBs dos estados de São Paulo (de 39,5% para 37,7%) e do Rio de Janeiro (de 16,1% para 13,6%), enquanto que

Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram ampliação em suas participações relativas no mesmo período, com elevação de 8,3% para 9,4%, e de 1,2% para 1,5%, respectivamente, conforme se verifica na Tabela 2. A Região Norte, que perfazia 2,2% do PIB nacional em 1970, passou para uma participação de 3,4% no ano de 1980. O Centro-Oeste, por sua vez, subiu a sua, de 3,7% para 4,9%, enquanto o Nordeste apresentou uma expansão de apenas 0,2 ponto percentual, passando de 12,0% para 12,2% no mesmo período.

Tabela 2 - Participação no PIB (Brasil – 100%) – 1970 - 1980

Macrorregiões/Estados	1970	1980
Norte	2,2	3,4
Nordeste	12,0	12,2
Centro-Oeste	3,7	4,9
Sub-total (N/NE/CO)	17,9	20,5
Sudeste	65,1	62,2
São Paulo	39,5	37,7
Rio de Janeiro	16,1	13,6
Minas Gerais	8,3	9,4
Espírito Santo	1,2	1,5
Sul	17,0	17,3
Paraná	5,5	5,9
Rio Grande do Sul	8,7	8,1
Santa Catarina	2,8	3,3
Sub-total (Sul/SE)	82,1	79,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1970 e 1980

A ampliação da participação da Região Sul no PIB brasileiro também foi pequena entre 1970 e 1980, passando de 17,0% para 17,3%. No que concerne aos estados dessa região, houve incremento na participação relativa dos PIBs do Paraná, de 5,5% para 5,9%, e de Santa Catarina, de 2,8% para 3,3%, e retração na participação relativa do Rio Grande do Sul, de 8,7% para 8,1%.

Os estados do Paraná e de Santa Catarina receberam reflexos de processos econômicos dinâmicos com epicentro no estado bandeirante, entre os quais a modernização da agricultura, a instalação de atividades agroindustriais e a desconcentração industrial. A região metropolitana de Curitiba, no Paraná, e o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, foram alvos de fortes investimentos industriais efetuados por grandes empresas que atuam nos mercados nacional e internacional.

O Rio Grande do Sul, em virtude da distância em relação ao Estado de São Paulo, principal centro econômico do país, não acompanhou o ritmo de expansão da economia nacional e, como consequência, perdeu importância relativa, apresentando decréscimo de 0,6 ponto percentual na sua participação no PIB nacional entre 1970 e 1980.

Apesar de o Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentarem níveis de crescimento econômico superiores aos das demais regiões, as atividades econômicas continuaram fortemente concentradas no Sudeste e no Sul, de forma que as duas regiões, em conjunto, perfizeram 79,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano de 1980, correspondendo, a participação do Estado de São Paulo, individualmente, a 37,7% do PIB naquele ano.

Na década de 1970, o crescimento médio anual do PIB nacional foi da ordem de 8,6%, superior à expansão observada na anterior (1960), que fora de 6,2%. Nesses vinte anos, portanto, ocorreu um elevado crescimento econômico, observando-se, nos anos 1970, o início do processo de dispersão espacial dos investimentos em direção a porções específicas das macrorregiões menos dinâmicas, com destaque para as capitais estaduais e alguns centros regionais.

A chamada reversão da polarização teve efeitos espaciais limitados e guardou estreita relação com o espraiamento das atividades econômicas da região metropolitana de São Paulo em direção ao interior do próprio estado e aos eixos rodoviários que estabelecem a ligação entre a capital bandeirante e os estados do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, conforme evidenciam Azzoni (1986) e Diniz (1993).

3. Estagnação econômica e enfraquecimento da ação do Estado entre os anos 1980 e meados da década de 1990

A década de 1980 foi marcada pela profunda crise econômica que assolou o país e pela redução da capacidade do Estado brasileiro em realizar investimentos diretos, bem como em aportar recursos públicos para incentivar empreendimentos de empresas privadas nas regiões menos dinâmicas.

A expansão do PIB brasileiro nos anos 1980 foi de apenas 1,6% ao ano, em média, com retração da atividade econômica no início da década e consequente decréscimo do PIB nacional, o que levou à recessão, à elevação dos índices de desemprego e ao aprofundamento da pobreza. Essas condições

econômicas adversas induziram o desmantelamento da ação do Estado brasileiro e do seu aparato de planejamento macroeconômico, setorial e regional.

Araújo (1993) ressalta que a

(...) crise abre a discussão de novos rumos a seguir, enquanto o planejamento (que exige projeto, visão de médio prazo) é desmontado, cedendo espaço para a gerência da crise. Sem norte minimamente claro instala-se o 'salve-se quem puder'. (ARAÚJO, 1993, p. 92 - 93).

Além da recessão econômica, do descontrole inflacionário e da crise fiscal dos anos 1980, outros fatores contribuíram para a redução da importância do Estado no fomento à expansão da atividade econômica. A Constituição de 1988 trouxe no seu bojo uma reforma tributária que teve como resultado a descentralização de recursos da esfera federal para os estados e, principalmente, para os municípios, afetando assim a capacidade do poder central para alocar recursos públicos em infraestrutura e em investimentos produtivos.

A partir do governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1990 – 1994), o país passou a seguir o receituário neoliberal, estabelecido no chamado Consenso de Washington, o que resultou no enfraquecimento ainda maior do Estado como agente estruturador da economia e indutor de investimentos.

A ausência de implementação de políticas de desenvolvimento na esfera federal, no decorrer dos anos 1980 e 1990, fez com que os governos estaduais e municipais assumissem o desafio de atrair investimentos produtivos para os seus territórios, advindo daí uma exacerbada guerra fiscal, cujo efeito foi uma sistemática transferência de recursos públicos em favor da iniciativa privada.

Nesse período marcado pela recessão e pela baixa expansão das atividades econômicas, a Região Sudeste continuou a apresentar queda em sua participação no PIB brasileiro. Embora Minas Gerais e Espírito Santo tenham apresentado ligeira elevação nas suas respectivas participações, conforme se verifica na Tabela 3, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram as suas reduzidas em 2,2 e 2,1 pontos percentuais, respectivamente, entre 1980 e 1995.

Tabela 3 - Participação no PIB (Brasil – 100%) – 1980 - 1995

Macrorregiões/Estados	1980	1995
Norte	3,4	4,6
Nordeste	12,2	12,8
Centro-Oeste	4,9	6,0
Sub-total (N/NE/CO)	20,5	23,4
Sudeste	62,2	58,7
São Paulo	37,7	35,5
Rio de Janeiro	13,6	11,5
Minas Gerais	9,4	9,8
Espírito Santo	1,5	2,0
Sul	17,3	17,9
Paraná	5,9	5,9
Rio Grande do Sul	8,1	8,3
Santa Catarina	3,3	3,7
Sub-total (Sul/SE)	79,5	77,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 1980 e 1995

As regiões Sul e Nordeste aumentaram em poucos pontos percentuais suas participações no PIB entre 1980 e 1995, ao passo que a Região Norte apresentou elevação de 1,4 ponto, ampliando sua parcela de 3,2%, em 1980, para 4,6%, no ano de 1995, e a Região Centro-Oeste, de 4,9% para 6,0% no mesmo período.

O desempenho melhor das quatro macrorregiões, em relação ao Sudeste, se explica mais pela fraca atuação da economia paulista do que pelo desenvolvimento das economias dos demais estados e regiões, dada a baixa expansão da atividade econômica no período, em âmbito nacional, conforme enfatiza Cano (2008).

A reversão da polarização teve continuidade no período compreendido entre 1980 e 1995, mas ela foi bem mais forte no chamado polígono industrial dinâmico – em cujos vértices encontram-se Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos, conforme demonstraram Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996) - do que nas áreas mais longínquas do país, ou seja, houve maior expansão econômica nas médias e grandes cidades situadas principalmente no centro-sul do país, excetuando-se São Paulo e Rio de Janeiro.

4. Estabilização econômica, crescimento constrangido e aprofundamento do neoliberalismo durante os dois mandatos do governo FHC (1995 – 1998 e 1999 – 2002)

No decorrer do primeiro mandato do governo FHC (1995 – 1998), o crescimento econômico médio anual do PIB brasileiro foi da ordem de 1,81% e, durante o segundo (1999 – 2002), sua expansão foi de 1,71%, bem abaixo do crescimento econômico mundial médio que oscilou entre 4 e 5% ao ano no mesmo período.

Os preceitos neoliberais já instituídos no governo anterior (Collor e Itamar Franco) foram intensificados durante a gestão FHC, com forte abertura do mercado interno à competitividade internacional, privatização de empresas estatais e concessão de alguns serviços públicos essenciais à exploração por empresas privadas.

A partir desse período, graças à estabilidade econômica e ao controle da inflação propiciados pelo Plano Real, lançado no ano de 1994, o Estado brasileiro recuperou sua capacidade de induzir o investimento privado e de investir em infraestrutura.

Durante o governo FHC foram estabelecidos como planos plurianuais: o “Programa Brasil em Ação”, no primeiro mandato (1995 – 1998), e o “Avança Brasil”, no segundo (1999 – 2002), cuja lógica de operação não previa a indução do Estado em investimentos nas regiões deprimidas, ao contrário do que se procurou fazer na década de 1960 por meio das Superintendências Regionais de Desenvolvimento e, na década de 1970, com a implantação de programas especiais.

Os referidos planos estiveram centrados no aporte de recursos públicos com o intuito de melhorar a infraestrutura, principalmente em transportes e em comunicações, nas regiões dotadas de competitividade, onde a iniciativa privada já vinha atuando na exploração de *commodities* agropecuárias e minerais, conforme ressaltaram Araújo (2000) e Galvão (2003).

Nesse contexto, entre 1995 e 2002, o Centro-Oeste apresentou expansão significativa em sua participação no PIB nacional, elevando-a de 6,0%, em 1995, para 8,7%, no ano de 2002, enquanto as das regiões Norte e Nordeste apontaram apenas pequenas elevações no mesmo período. A Região Sul sofreu retração de quase um ponto percentual em sua participação no conjunto do PIB brasileiro entre 1995 e 2002, em decorrência da queda de 1,2% na participação

do Rio Grande do Sul e da elevação de apenas 0,1 ponto percentual na dos outros dois estados, conforme se verifica na tabela 4.

Tabela 4 - Participação no PIB (Brasil – 100%) – 1995 - 2002

Macrorregiões/Estados	1995	2002
Norte	4,6	4,7
Nordeste	12,8	13,0
Centro-Oeste	6,0	8,7
Sub-total (N/NE/CO)	23,4	26,4
Sudeste	58,7	56,7
São Paulo	35,5	34,6
Rio de Janeiro	11,5	11,6
Minas Gerais	9,8	8,6
Espírito Santo	2,0	1,8
Sul	17,9	16,9
Paraná	5,9	6,0
Rio Grande do Sul	8,3	7,1
Santa Catarina	3,7	3,8
Sub-total (Sul/SE)	77,6	73,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 1995 e 2002

No caso do Sudeste, a queda na participação no conjunto do PIB nacional teve continuidade entre 1995 e 2002, decaindo de 58,7%, em 1980, para 56,7%, no ano de 2002, evidenciando assim a continuidade do processo de reversão da polarização iniciada nos anos 1970.

Internamente ao Sudeste, ainda que o Estado do Rio de Janeiro tenha apresentado uma ligeira recuperação em sua participação no PIB nesse período, elevando-a de 11,5%, em 1995, para 11,6%, em 2002, o Estado de São Paulo apontou queda de 0,9 ponto percentual, e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo também tiveram suas participações reduzidas entre 1995 e 2002, com perdas de 1,2 e de 0,2 ponto percentual, respectivamente.

5. Continuidade do processo de expansão constrangida e retomada da ação do Estado no primeiro mandato do governo LULA (2003 – 2006)

O governo Lula manteve a política macroeconômica da gestão FHC e, durante o seu primeiro mandato (2003 – 2006), o crescimento econômico médio

anual do PIB do país foi da ordem de 1,89%, não se efetivando o chamado “espetáculo do crescimento”, exaustivamente anunciado no decorrer da campanha eleitoral e no início da nova administração.

O modesto crescimento econômico continuou assentado na exploração de *commodities* agropecuárias e minerais, tendo como base a ampliação das exportações. O mercado interno, apesar de sua expressividade e potencial, apresentou pequeno desenvolvimento, sendo mantida a estratégia de expansão constrangida, consubstanciada nas exportações, como já vinha ocorrendo no governo anterior.

Para compensar os efeitos negativos da política macroeconômica, foram lançadas agressivas políticas de cunho distributivo e assistencialista, a exemplo do Programa Bolsa Família, que atinge mais de 12 milhões de famílias e absorve cerca de 11 bilhões de reais anuais do orçamento da União.

As regiões deprimidas, especialmente o Nordeste do país, voltaram a receber tratamento diferenciado da esfera federal por meio de políticas específicas como, por exemplo, o Programa Territórios da Cidadania, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a implantação de assentamentos rurais e a criação de novas universidades federais, com expansão de vagas e instalação de campi avançados.

Os interesses das grandes empresas que exploram as *commodities* agropecuárias e minerais continuam sendo atendidos por meio da política macroeconômica e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual tem se voltado, principalmente, à implantação e melhoria da infraestrutura nas zonas de fronteira agrícola e de exploração mineral.

No período compreendido entre os anos de 2002 e 2006 verificou-se a continuidade do crescimento da participação do Norte no PIB brasileiro, que foi elevada de 4,7%, no ano 2002, para 5,1%, em 2006, e a manutenção do nível de participação do Nordeste (elevação de apenas 0,1 ponto percentual) e do Centro-Oeste, conforme se verifica na Tabela 5.

A participação da Região Sudeste no PIB nacional apresentou pequena expansão, elevando-se de 56,7%, em 2002, para 56,8%, no ano de 2006, com o Estado de São Paulo perdendo 0,7 ponto percentual em sua parcela, e o Rio de Janeiro mantendo o mesmo nível. Os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo apontaram elevação em sua participação entre 2002 e 2006, com incremento de 0,5 ponto percentual, no caso mineiro, e de 0,4 ponto, no caso capixaba.

Tabela 5 - Participação no PIB (Brasil – 100%) – 2002 - 2006

Macrorregiões/Estados	2002	2006
Norte	4,7	5,1
Nordeste	13,0	13,1
Centro-Oeste	8,7	8,7
Sub-total (N/NE/CO)	26,4	26,9
Sudeste	56,7	56,8
São Paulo	34,6	33,9
Rio de Janeiro	11,6	11,6
Minas Gerais	8,6	9,1
Espírito Santo	1,8	2,2
Sul	16,9	16,3
Paraná	6,0	5,8
Rio Grande do Sul	7,1	6,6
Santa Catarina	3,8	3,9
Sub-total (Sul/SE)	73,6	73,1

Fonte: IBGE

No mesmo período, a Região Sul aferiu retração de 0,6 ponto percentual na sua participação relativa no PIB nacional, decaindo de 16,9% para 16,3%. Apenas o Estado de Santa Catarina expandiu um ponto percentual. O Paraná apresentou queda de 0,2 ponto percentual, e o Rio Grande do Sul teve sua participação reduzida em 0,5 ponto percentual, decaindo de 7,1%, em 2002, para 6,6%, no ano de 2006.

A tendência de queda da participação da Região Sul no PIB nacional, observada desde meados da década de 1990, guarda estreita relação com o incremento da participação do Centro-Oeste. Estando a fronteira agrícola do sul praticamente esgotada, os interesses se voltaram para a Região Centro-Oeste que, com suas terras propícias ao cultivo mecanizado, tem favorecido o incremento da produção de grãos e atraído para a região muitas empresas fornecedoras de insumos, máquinas e implementos agrícolas, bem como grandes unidades industriais processadoras de grãos, (soja e milho), principalmente em virtude da grande oferta de matérias-primas, de incentivos fiscais e de maiores facilidades de acesso a financiamentos oficiais.

Parte da avicultura da Região Sul transferiu-se para o Centro-Oeste, onde, além de maior disponibilidade de matéria-prima, conta ainda com incentivos fiscais e financeiros. A Perdigão, por exemplo, implantou um megaempreendimento em Rio Verde, no Estado de Goiás (Projeto Buriti). Lá, a

empresa passou a atuar com padrão tecnológico superior na indústria, integrando grandes produtores de aves e suínos, muitos dos quais também produzem grãos em grande escala.

Um dos importantes diferenciais do Centro-Oeste em relação ao Sul e Sudeste do país constitui a possibilidade de as empresas terem acesso a linhas de crédito, com baixas taxas de juros, disponibilizadas pelo Banco do Brasil por intermédio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Além do Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste também usufruem tratamento diferenciado do governo federal. Na Constituição Federal, promulgada em 1988, estabeleceu-se a destinação de “3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (BRASIL, 2009, p. 2).

As regiões Sul e Sudeste, por serem as mais dinâmicas do país, não recebem o mesmo tratamento do governo federal. No caso da Região Sul, fatores internos têm inibido o incremento da produção de *commodities* agropecuárias, entre eles o esgotamento da fronteira agrícola e as sucessivas frustrações de safras nos últimos anos, especialmente no Rio Grande do Sul, devido a problemas meteorológicos.

O Estado de Santa Catarina perdeu parte das empresas intensivas em mão-de-obra, como algumas indústrias de confecções, que se instalaram em estados do Nordeste, principalmente no Ceará, onde se dispõe de mão-de-obra barata e se conta com incentivos fiscais, além de recursos financeiros disponibilizados pelo Banco do Nordeste por meio do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).

6. Polarização, reversão da polarização e tendência à manutenção da concentração econômica no centro-sul do país

O Brasil apresentou significativo incremento do PIB no decorrer das décadas de 1960 e 1970, e modesto crescimento econômico a partir dos anos 1980, conforme se verifica na Tabela 6, na qual são apresentadas as taxas médias anuais de variação do PIB nacional.

Tabela 6 – Taxas médias anuais de variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil

Períodos	Variação anual do PIB
1961 - 1970	6,2
1971 - 1980	8,6
1981 - 1990	1,6
1991 – 2000	2,7
2001 – 2003	1,0
2003 – 2006	1,9

Fonte: *Contas Nacionais, IBGE e Conjuntura Econômica, FGV.*

O elevado crescimento econômico ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 pouco contribuiu para o desenvolvimento do país, uma vez que os problemas estruturais herdados historicamente permaneceram, a concentração da renda foi ampliada e os problemas sociais e ambientais se agravaram.

Os anos 1980 foram profundamente marcados pela crise econômica e pela retração da ação do Estado brasileiro, que perdeu sua capacidade de investimento e de regulamentação da economia, dedicando-se basicamente à administração da crise e restringindo-se a adotar medidas para controlar os elevados índices inflacionários.

A partir da década de 1990, a expansão da economia do país passou a se dar com base no incremento das exportações de bens com baixo valor agregado, especialmente *commodities* agropecuárias e minerais, recuperando-se, assim, parte da vitalidade econômica, especialmente quando, com a vigência do Plano Real, após sucessivos programas que o antecederam e falharam, conseguiu-se estabilizar a economia.

A criação do Mercado Comum do Sul (MERSOSUL), no ano de 1985, ainda que de maneira limitada, ampliou o nível de articulação do país com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, abrindo novas oportunidades de negócios, principalmente às empresas situadas no centro-sul do país.

De acordo com Saboia (2001, p. 37), desde os anos 1990 as empresas têm seguido “os sinais dados pelo mercado, buscando condições de localização mais lucrativas a partir de menores custos salariais, maior proximidade das fontes de matérias-primas e maiores benefícios fiscais.” A disponibilidade de mão-de-obra barata e de matérias-primas, as facilidades fiscais e a oferta de recursos financeiros exercem papel importante na atração de empresas menos intensivas em tecnologia, tais como as processadoras de matérias-primas agropecuárias e certas indústrias de bens de consumo duráveis. No entanto, algumas montadoras de automóveis se instalaram em Minas Gerais, Bahia,

Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, tendo como importante fator de atração os incentivos fiscais concedidos pelos estados.

As empresas de alta tecnologia vinculadas aos setores de informática, de comunicações, de química fina e de microeletrônica, mais exigentes em conhecimento e em mão-de-obra especializada, têm se concentrado cada vez mais em alguns pontos das regiões Sul e Sudeste.

Os efeitos regionais do crescimento econômico constrangido, consubstanciado na expansão das exportações de *commodities* iniciada no governo FHC e mantida no governo Lula, se expressam no espaço geográfico brasileiro por meio de:

- . incremento das áreas de cultivo de soja nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, Norte e Nordeste;
- . fortalecimento da fruticultura irrigada no Nordeste;
- . disseminação do complexo sucroalcooleiro e da avicultura nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste;
- . produção de eucalipto no Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Sul;
- . incremento da exploração de petróleo, pela PETROBRÁS, no Rio de Janeiro (Bacia de Campos), na Bahia (bacias de Camamu-Almada, Recôncavo e Tucano Sul) e em São Paulo (Bacia de Santos);
- . exploração de minérios nos estados do Espírito Santo, Pará e Minas Gerais, com destacada atuação da Companhia Vale do Rio Doce.

Em virtude de sua dimensão continental, da grande disponibilidade de recursos naturais, da elevada capacidade técnica em algumas áreas, da importância geopolítica e do significativo mercado interno atual e potencial, o Brasil vem ampliando sua projeção nos cenários político e econômico internacionais. No entanto, até agora ainda não se elaborou um projeto nacional de desenvolvimento que valorize e aproveite os recursos naturais, sem comprometê-los, e que potencialize o mercado interno por meio da inclusão produtiva da população ainda não inserida no mercado, em razão da escassez de renda. O país continua se abrindo indiscriminadamente à exploração dos seus recursos naturais pelo capital externo, sem estabelecer limites claros à ação dos capitais produtivos e especulativos.

As desigualdades sociais e regionais se mantêm elevadas e dificilmente serão reduzidas, caso não se promovam reformas estruturais acompanhadas da

alocação de pesados investimentos na melhoria da qualidade da educação básica e no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Considerações Finais

Procurou-se demonstrar, ao longo do presente texto, o elevado grau de concentração econômica do Sudeste, em particular de São Paulo, estado precursor da industrialização do país. Entre 1959 e 2006, a Região Norte mais do que duplicou sua participação no PIB nacional e o Centro-Oeste quase quadruplicou a sua, enquanto que o Nordeste perdeu importância relativa, a despeito da atuação da SUDENE, do Projeto Sertanejo e do Fundo Constitucional do Nordeste.

A Região Sul teve sua participação no PIB brasileiro ampliada até meados dos anos 1990, mas desde então tem sofrido redução relativa, o que se explica, em parte, pela extraordinária expansão dos complexos soja e milho no Centro-Oeste, onde se apresentam condições mais favoráveis para a produção desses grãos.

O Sudeste, embora tenha reduzido sua participação no PIB nacional em quase dez pontos percentuais no período compreendido entre 1959 e 2006, é ainda a região que concentra mais da metade da produção de riqueza do país. O Estado de São Paulo continua sendo responsável por mais de um terço do PIB, apesar da retração de quatro pontos percentuais em sua participação ao longo do período. O Estado do Rio de Janeiro foi o que mais perdeu importância relativa, tendo apresentado queda de sete pontos percentuais em sua participação no PIB brasileiro no mesmo período, ainda que tal tendência tenha sido revertida nos últimos anos.

Até o final da década de 1970, empresas estatais investiram em atividades produtivas e o Estado brasileiro, além de financiar diretamente obras de infraestrutura, induziu empresas privadas a alocarem recursos nas microrregiões menos dinâmicas, utilizando mecanismos fiscais e concessão de facilidades financeiras para a atração de capitais produtivos.

A partir dos anos 1980, porém, em virtude da crise econômica, o Estado brasileiro perdeu a capacidade financeira, tanto para realizar investimentos diretos, quanto para induzir os das empresas privadas.

Nos anos 1990, com a instalação do neoliberalismo, os investimentos privados, e mesmo os realizados pelo Estado, tenderam a seguir a lógica do mercado, aproveitando-se das melhores relações custo-benefício. Nessa lógica,

tenderam a se concentrar nos polos dinâmicos situados nas diferentes regiões, principalmente, na porção centro-sul do país.

Referências

- AZZONI, Carlos Roberto. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, IPE-USP, 1986.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena et al (Org.). *Reestruturação do espaço urbano e regionalização no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 87 - 95.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN: Fase, 2000. 392 p.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In:
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Fundos Constitucionais*. <http://www.integracao.gov.br/fundos> (Acessado em 15 de julho de 2009).
- CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 – 2005*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 284 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. 83 p.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*, Vol. 3 nº 1 Belo Horizonte, 1993, p. 35-64.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996.
- GALVÃO, Antonio Carlos F.; BRANDÃO, Carlos Antonio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos F. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 187-205.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- SABOIA, João. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ – Instituto de Economia, 2001. *Texto para discussão IE/UFRJ*, nº 452, 40 p.